



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**A EXCLUSÃO DO PROFESSOR NO PROCESSO DE
INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA ESCOLA.**

CRISTHIANE DA ROCHA LOUZADA VIVEIROS ARAÚJO

Orientadora: Susana Silva Carvalho

BRASÍLIA/2011



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



CRISTHIANE DA ROCHA LOUZADA VIVEIROS ARAÚJO

**A EXCLUSÃO DO PROFESSOR NO PROCESSO DE
INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA ESCOLA.**

Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Desenvolvimento
Humano, Educação e Inclusão, da
Faculdade UAB/UNB - Pólo de Ipatinga.

Orientadora: Susana Silva Carvalho

BRASÍLIA/2011

TERMO DE APROVAÇÃO

CRISTHIANE DA ROCHA LOUZADA VIVEIROS ARAÚJO

A EXCLUSÃO DO PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA ESCOLA.

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 30/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

SUSANA SILVA CARVALHO

SANDRA JAQUELINE BARBOSA

CRISTHIANE DA ROCHA LOUZADA VIVEIROS ARAÚJO

BRASÍLIA/2011

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os educadores que sonham, acreditam e lutam em conquistar a bandeira da inclusão real, verdadeira e holística.

“As coisas que queremos e parecem impossíveis só podem ser conseguidas com uma teimosia pacífica.” Mahatma Gandhi.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me concedido essa maravilhosa oportunidade de me tornar mais humana, mais sensível e mais próxima dos valores bíblicos ensinados por Ele.

Sou infinitamente grata por todos os meus familiares, pelo incentivo, pela motivação e paciência que me foram oferecidos durante toda essa especialização, em especial ao meu eterno marido: Thiago.

Meus sinceros agradecimentos a todos os profissionais da Escola Municipal Referência que participaram tão gentilmente de tudo que propus com esse trabalho. Valeu! Espero de coração que Deus possa nos fortalecer em nossa luta diária e constante, melhorando cada vez mais nosso cotidiano e fazendo que nossa escola seja realmente uma referência do município, quiçá do estado.

Aos tutores presenciais, principalmente o Vicente, que sempre muito gentil e simpático pronto para ajudar.

A minha grande e querida Susana. Susu, não tenho palavras para agradecer seu empenho, sua dedicação, companheirismo, compreensão nos momentos difíceis, suas palavras de carinho e pela oportunidade que me proporcionou de crescimento profissional e humano.

A todos os professores dos módulos e coordenadoras desse curso que souberam e fizeram um trabalho de excelente qualidade, primor e organização. Aprendi muito com vocês também.

E, finalmente, a todos os meus colegas virtuais e companheiros de fóruns que contribuíram com seus exemplos de vida, de profissão. Sentirei muita falta dessa galera...

RESUMO

A complexidade das relações vivenciadas em sala de aula sempre nos propôs refletir sobre meios e estratégias de educar, ensinar para todos os inseridos na escola. Com a emergente ideia da Inclusão disseminada pelos meios de comunicação, pelos anseios e questionamentos dos educadores, hoje é fundamental que todos pensem, leiam e se especializem no assunto para conquistarmos um verdadeiro ambiente educador inclusivo e quebrarmos as barreiras do preconceito, da insensibilidade e exclusão que algumas pessoas ainda vivem. Esse trabalho trata da Exclusão do Professor no Processo de Inclusão dos Alunos com Necessidades Especiais na escola, compreendendo as ações e não ações da gestão pedagógica no processo de inclusão desses educandos para proposição da inclusão qualitativa. A metodologia utilizada seguiu a perspectiva qualitativa, com questionários, entrevistas e observações do ambiente escolar mostrando que infelizmente os professores são sempre os últimos a saberem sobre os desafios da inclusão que chegam à escola, mesmo sendo os protagonistas do processo de ensino aprendizagem. Portanto, conclui-se que os desafios enfrentados são imensos e que a equipe diretiva de uma escola é responsável imediata em se criar estratégias e meios para facilitar a vida profissional do professor. E somente trabalhando juntos e em equipe com todos os setores da escola e que conseguirá realizar um verdadeiro trabalho voltado para a inclusão e a cidadania dos alunos.

Palavras chave: Inclusão, Professores, Exclusão, Responsabilidades, Equipe diretiva.

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO.....	09
I.	FUNDAMENTAÇÃO TEORICA.....	13
	1.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	13
	1.1.1 MARCOS HISTÓRICOS E LEGAIS.....	13
	1.1.2 PROFESSORES E INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.....	17
	1.1.3 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	19
II	OBJETIVOS.....	23
	2.1 OBJETIVO GERAL.....	23
	2.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS.....	23
III	METODOLOGIA.....	24
	3.1 CONTEXTO, INSTRUMENTOS E MATERIAIS UTILIZADOS NA PESQUISA.....	24
	3.2 O PROCESSO DE INCLUSÃO NA ESCOLA PESQUISADA	27
IV	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	30
V	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
VI	REFERÊNCIAS.....	42
VII	APÊNDICES.....	46
VII	ANEXOS.....	49

Lista de gráficos:

GRÁFICO 1 – Questão 03	25
GRÁFICO 2 – Questão 04	25
GRÁFICO 3 - Questão 05	26
GRÁFICO 4 – Questão06	26
GRÁFICO 5 – Questão07	26
GRÁFICO 6 – Questão08	27
GRÁFICO 7 – Questão 09	27
GRÁFICO 8 – Questão10	28
GRÁFICO 9 – Questão 11	28
GRÁFICO 10 – Questão 12	29
GRÁFICO 11 – Questão 13	29
GRÁFICO 12 – Questão 14	29
GRÁFICO 13 – Questão 17	30
GRÁFICO 14 – Questão 18	31
GRÁFICO 15 – Questão 19 letra A	31
GRÁFICO 16 – Questão 19 letra B	32
GRÁFICO 17 – Questão 19 letra C	32
GRÁFICO 18 – Questão 19 letra D	33
GRÁFICO 19 – Questão 19 letra E	33
GRÁFICO 20 – Questão 19 letra F	33
GRÁFICO 21 – Questão 19 letra G	34

APRESENTAÇÃO

Vivenciamos cada vez mais forte em nosso cotidiano, movimentos em prol da Educação Inclusiva. São propagandas vinculadas na mídia, programas de disseminação, ações, novelas, encontros, congresso, tudo para chamar atenção da sociedade para a questão da inclusão educacional.

Para que a escola seja de fato inclusiva, ela precisa rever valores e princípios, através de mudanças significativas em sua estrutura e funcionamento, despendendo esforços para que seja garantida ao educando com necessidades educacionais especiais a sua formação plena.

Para tal, as escolas precisam investir na qualificação de todos os profissionais envolvidos e estreitar ainda mais a relação família-escola, incorporando em sua prática uma política clara e sensível sobre inclusão começando pela sua direção ou coordenação, que devem ser comprometidas com esta política ajudando a todos os funcionários a desenvolver novas soluções para atuarem em suas salas de aula com foco na atenção às necessidades especiais de cada aluno.

Portanto, pretende-se com esse estudo mapear o processo de implantação da educação inclusiva nas escolas regulares, levando-se em conta todos os personagens envolvidos e comprometidos ou não com uma inclusão de verdade, entendendo como são importantes pesquisas que contribuem com esse assunto, por esse, se tratar de um tema recorrente ao cotidiano do professor que é o primeiro a ser excluído de quase todas as decisões efetivas e políticas da educação inclusiva.

Tentar garantir uma inclusão verdadeira e eficaz e abranger todo o processo de inserção do aluno com NEE: da matrícula até a avaliação em sala de aula são os grandes desafios hoje enfrentados na realidade educacional. Sabemos que a avaliação é um processo necessário para se obter respostas daquilo que se vem trabalhando, e garantir que essa seja bem feita e bem realizada exige esforços pedagógicos e administrativos que começam na direção da escola até o chão da sala de aula.

Repensar e retroalimentar uma proposta pedagógica eficaz e coerente com uma Escola Inclusiva é disponibilizar conhecimentos, informações e princípios norteadores a todos que estão inseridos na comunidade escolar, como forma de vencer o discurso recorrente da falta de preparo e a insegurança dos profissionais.

A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração, que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar.

Com essas raízes históricas na exclusão de determinados grupos, as escolas hoje passam por um processo de “negação” de suas origens, incorporando em seu discurso a lei da Educação Inclusiva Especial.

O primeiro personagem da comunidade escolar que lida diretamente com essa transformação em seu cotidiano é o professor, que acaba sendo o responsável direto para que a inclusão aconteça ou não. Por isso é de crucial importância o trabalho dos gestores escolares, por serem os primeiros atores envolvidos incumbidos em “fazer acontecer” uma verdadeira inclusão nas escolas, dando subsídios teóricos e estrutura física para os educadores “comprarem” a ideia da Escola Inclusiva.

Esse estudo monográfico tem como objetivo compreender as ações e não ações da gestão pedagógica no processo de inclusão dos ANEE na escola por uma inclusão de qualidade.

A falta de conhecimento de todo o processo de Atendimento Especial é a ferida mais profunda das mazelas do cotidiano escolar, porque muitas vezes o processo de inclusão de alunos com deficiência pode nos deixar angustiados nos primeiros momentos, e acredita-se que não seja por preconceito ou por resistências, mas pelo real motivo de ainda não sabermos qual é o ponto de partida nesse processo. Por onde começar é uma pergunta que nos fazemos e ainda não achamos as respostas. E as equipes diretivas das escolas devem enfrentar esse desafio como a primícia maior do projeto político pedagógico.

Lopes (2010) menciona sobre o PPP das escolas:

“O PPP deve contemplar o atendimento à diversidade e o aparato que a equipe terá que atender e ensinar a todos. Já o currículo deve prever a flexibilização das atividades, com mais recursos visuais, sonoros e táteis para contemplar as diversas necessidades dos educandos.”

O foco desse trabalho é estabelecer estratégias e levantar a discussão sobre as ações das equipes diretivas em disponibilizar tempo e espaço para os professores se reunirem para discussões sobre as crianças com necessidades especiais educacionais, entender a legislação e conhecer a fundo os direitos garantidos a esses educandos, garantir a participação dos funcionários, bem como os pais e responsáveis a cursos e palestra sobre algumas deficiências que “perturbam” o cotidiano escolar, constado no calendário escolar, montar horários específicos de atendimento especializado responsável a alunos com NEE¹, estabelecer profissionais com formação especializada para atendimento na sala de recursos, buscarem parcerias com faculdades, estabelecimentos de ensinos e/ou escolas de atendimentos especializados a alguma deficiência, criar estratégias pedagógicas e sensíveis na inclusão do aluno, fixar metas específicas para cada aluno com NEE, diferentes dos estabelecidos na proposta pedagógica da série/ano, realizar eventos nas escolas com apresentações culturais em que a participação dos profissionais especializados e alunos com NEE sejam imprescindíveis, propor meios apropriados do repasse de informações acerca dos alunos com NEE, aumentando o fluxo de informação secretaria X professores X direção.

Frizanco (2010) pondera a discussão nos lembrando que:

“O mais importante é se preocupar com o que eles já sabem fazer e não com uma lista do que não sabem. E a partir desse conhecimento, estabelecer objetivos em curto prazo para cada aluno e trabalhar com muito respeito e afeto.”

Essas são algumas ações que garante que a inclusão aconteça nas escolas. Depende muito mais do administrativo/pedagógico que do próprio esforço solitário do professor em sala de aula.

Sousa (2010) reitera o discurso sobre inclusão nas simples palavras:

“O modelo inclusivo é indispensável, mas há que se investir muito na qualificação profissional dos educadores, na estrutura das escolas, para que de fato os alunos com deficiência possam sentir-se contemplados em todas as instâncias do ensino aprendizagem.”

A inclusão dos alunos com NEE vai muito além da acessibilidade, ela perpassa por caminhos da emoção, sensibilidade e dedicação profissional dos gestores da escola responsáveis por todo o processo de ensino-aprendizagem.

¹ NEE: Necessidades Educativas Especiais.

E para um melhor entendimento de como a implantação da escola inclusiva tem acontecido no chão da sala de aula e como o professor “enxerga” essas novas mudanças, sendo de forma incoerente, o último e principal personagem de uma inclusão efetiva e real, propus uma investigação de campo, com entrevista e questionário com os professores, funcionários e gestores de uma escola municipal localizada no município de Ipatinga.

Essa monografia sobre a exclusão do professor no processo de inclusão dividida em quatro capítulos, tem uma motivação e inquietação pessoal. Como pedagoga apaixonada e angustiada com a minha profissão me incomoda o fato de ser uma protagonista principal “dessa novela dramática” e ser a última a opinar, questionar sobre a inclusão de um aluno com NEE na minha própria sala de aula. Quando a informação e resolução chegam até a mim, elas já vêm prontas e acabadas para apenas concordar e digerir a “ordem” posta. Não há o que se questionar. O aluno está lá matriculado na sua sala e você agora é o responsável direto para fazer a inclusão escolar acontecer de uma forma efetiva e real. Com isso discursarei no primeiro capítulo sobre a Educação Inclusiva e os Marcos Históricos e Legais sistematizando de forma objetiva sobre as leis, diretrizes e pareceres acerca da temática. No capítulo posterior apresento sobre os professores e como acontece a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. Em seguida escrevo sobre como o projeto político pedagógico da escola deve ser estruturado visando à concepção da inclusão em seu teor. Logo após temos explicitados os objetivos do presente trabalho. No capítulo sobre a metodologia apresento a forma como escolhi para realizar a pesquisa de campo para atingir meus objetivos do trabalho, com resultados e discussões dos dados coletados. Depois apresento como ocorreu o processo de inclusão na escola pesquisada e por fim apresento as Considerações Finais desse estudo com suas Referências Bibliográficas, Apêndices e Anexos.

I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

1.1.1 MARCOS HISTÓRICO E LEGAL

Nesse capítulo irá constar a História da inclusão dos ANEE² e a legislação acerca do assunto. Totalmente essencial e de suma importância o conhecimento de leis e/ou pareceres para que tenhamos subsídios e base legal para concretizar a inclusão escolar necessária ao respeito aos direitos humanos e aos cuidados infantis que são garantidos por meio da Constituição Brasileira.

E essa educação e cuidados na infância amplamente reconhecidos como fatores fundamentais do desenvolvimento global da criança, é o que coloca para os sistemas de ensino o desafio de organizar projetos pedagógicos que promovam a inclusão de todas as crianças.

A educação inclusiva se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico-terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos, definem as práticas escolares para os alunos com deficiência.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi, em 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff.

² ANEE: Alunos com Necessidades Educacionais Especiais

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº4024/61, que aponta o direito dos excepcionais à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

Já em 1988, com a Constituição Federal, artigos 205 e 208 revogam a educação como direito de todos e oferta o atendimento educacional especializado. Posteriormente em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, lei nº8069/90 obrigam os pais e responsáveis a matricular seus filhos na rede regular de ensino.

Em 1994, a Declaração de Salamanca proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que alunos com NEE devem ter acesso à escola regular. A aludida Declaração resultou da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada na Espanha em 1994, e, segundo Abenhaim (2005, p.43), dentre outras questões, proclama que:

“As pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades.”

E essa pedagogia centrada na criança passa ser prioritária e inseparável do projeto político pedagógico da escola devendo passar constantemente por reestruturação e adaptação à realidade do aluno com NEE. Isto posto, percebe-se crucial importância para a equipe diretiva em se entender de legislação da educação inclusiva para constar no PPP³ todos os direitos e deveres desses alunos que são garantidos por lei, para fazer valer aquilo que lhe cabe receber.

De acordo com Bueno (2001), o Brasil, apesar de não ser signatário de Salamanca, vem procurando colocar em prática, assumindo o compromisso político de incluir todos os alunos na escola. Não obstante, em face das dificuldades enfrentadas pelas escolas públicas brasileiras, torna-se evidente que há pouco investimento, não apenas no que diz respeito ao processo inclusivo, mas ao sistema educacional como um todo.

Já em 1996, a criação da LDBN, nº. 9394/96 vem preconizar que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos, currículos, métodos, recursos e organização específica para atender as NEE e esclarece sobre a matrícula desses alunos.

³ PPP: Projeto Político Pedagógico

O Parecer do Conselho Nacional de Educação/CEB nº17/01 relata a flexibilização do currículo e da proposta política pedagógica das escolas, como forma de adaptá-lo da melhor maneira para atender a essas crianças. Já a Resolução do CNE/CEB, nº. 2 de 11 de setembro de 2001, inciso V, artigo 8 regulamenta a implantação da Sala de Recurso e orienta para a organização desses Centros de Atendimento Educacional Especializados.

Outros pareceres, decretos e leis acerca desse assunto são:

- Documento SD nº. 01/2005: Quantidade de alunos na sala e sobre os alunos com NEE, deficiências físicas e condutas típicas.
- Lei nº10. 436/02: Lei das Libras – Inclui no conteúdo curricular a formação de professores e fonoaudiólogos.
- Decreto nº. 5626, do dia 22 de dezembro de 2005: Regula a lei de libras e garante a inclusão do pós-surdo por meio de organização da escola e classes Bilíngües.
- Lei nº5296/04: Tecnologia Assistiva e Alternativa
- Lei nº. 6571, do dia 18 de setembro de 2008: Relata que o Atendimento Educacional Especializado promova também a formação de professores.
- Resolução nº451/03: Fixa normas garantindo o acesso e a permanência nos sistemas de ensino.
- Parecer 424, do dia 27 de maio de 2003, propõe normas para a Educação Especial na educação básica no sistema de ensino do estado de Minas Gerais.
- Resolução nº03, do dia 06 de junho de 2008 do Conselho Municipal de Educação que institui diretrizes municipais para a Educação Especial na Educação Básica da rede Municipal de Ipatinga.

Toda essa legislação não só garante o direito e dever de todos os cidadãos, como também sugere que uma pessoa bem informada e munida de saberes em torno de si, apresenta subsídios suficientes na construção de um mundo melhor para viver.

E a educação especial constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, como consta na Constituição Federal Brasileira e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

A nossa Constituição de 1988, respalda os que propõem avanços significativos para a educação escolar de pessoas com deficiência, quando elege como fundamentos da República, a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, incisos II e III), e, como um dos seus objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV). Ela garante ainda o direito à igualdade (art. 5º) e trata, no art. 205 e seguintes, do direito de todos à educação. Esse direito deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Além disso, a Constituição elege como um dos princípios para o ensino, a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, inciso I), acrescentando que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (art. 208, V).

Eglér (2003) relata brilhantemente sobre a Constituição Brasileira e os direitos dos ANEE:

“Quando a Constituição Federal garante a todos o direito à educação e ao acesso à escola, não usa adjetivos, e assim sendo, toda escola deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade ou deficiência. Apenas esses dispositivos bastariam para que não se negasse a qualquer pessoa, com e sem deficiência, o acesso à mesma sala de aula que qualquer outro aluno. Um dos argumentos sobre a impossibilidade prática da inclusão total aponta os casos de alunos com deficiências severas, múltiplas, notadamente a deficiência mental, os casos de autismo. A Constituição, contudo, garante a educação para todos e isso significa que é para todos mesmo e, para atingir o pleno desenvolvimento humano e o preparo para a cidadania, entende-se que essa educação não pode realizar-se em ambientes segregados.”

No Capítulo III, Da Educação, da Cultura e do Desporto, artigo 205 a Constituição prescreve em seu art. 208, que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Preferencialmente, porque dependendo do grau de comprometimento do aluno, não é saudável colocá-lo em uma sala de aula em uma escola regular e fazer com que a inclusão chegue a prejudicar a criança. Em alguns casos, esses alunos devem frequentar Escolas e instituições Especializadas de acordo com a deficiência de cada uma.

Por isso hoje, é inconcebível que uma equipe diretiva assuma uma escola sem pensar na inclusão de qualidade e sem ter uma preocupação na formação específica de seus integrantes, tanto em Gestão, como em Inclusão Escolar, como obrigatoriedade em se cumprir o verdadeiro papel cidadão que a função lhe outorga.

E todo esse movimento em vários âmbitos da esfera nacional e mundial em prol da Educação Inclusiva se torna uma ação completamente política, cultural, social e pedagógica, desencadeando a defesa do direito de todos os alunos estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

1.1.2. PROFESSORES E INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.

A Educação de alunos com necessidades educacionais especiais que, tradicionalmente se pautava num modelo de atendimento especializado e segregado, tem se voltado, nas últimas décadas para a chamada *Educação Inclusiva*.

Glat (2006) define a Educação Inclusiva como uma proposta que sugere mudanças na concepção de ensino e das práticas pedagógicas realizadas na escola, visando o benefício acadêmico de todos.

Fontes e Plestch (2006) complementam o conceito de educação inclusiva como uma proposta que impulsiona uma transformação das práticas tradicionais que explicam as dificuldades dos alunos por seu suposto “déficit”, em direção a uma prática inovadora que entende as necessidades específicas de aprendizagem dos alunos tendo como referência o sistema educacional e as suas possíveis limitações.

Indo mais além, sob essa perspectiva, o paradigma que hoje se conhece no cotidiano das escolas é um esforço sobre-humano dos professores em se romper o modelo de atendimento a pessoas com deficiências ou outras condições de aprendizagem e desenvolvimento especiais para se realizar um desenvolvimento no processo de transformação das concepções teóricas e das práticas da Educação Especial, as quais vêm historicamente acompanhando os movimentos sociais e políticos em prol dos direitos das pessoas com deficiências, na busca de uma gama de informações sobre o assunto através de revistas, livros, cursos, especializações, participações em Seminários, simpósios e palestras em geral.

Nogueira (2002) relata que é nesse sentido que se descortina o novo campo de atuação da Educação Especial. Não visando importar métodos e técnicas especializados

para a classe regular, mas sim se tornando um sistema de suporte permanente e efetivo para os alunos especiais incluídos na escola regular, bem como para seus professores. E complementa:

“Conforme mencionado, a Educação Especial não é mais concebida como um sistema educacional paralelo ou segregado, mas como um conjunto de medidas que a escola regular põe a serviço de uma resposta adaptada à diversidade dos alunos”

Apesar de todo esforço aparente e visivelmente comprovado em algumas escolas, por parte dos professores, tem o “outro lado da moeda”. A grande preocupação com a proposta da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares de ensino tem reforçado o quadro dos professores cada vez mais ressentido em seu cotidiano profissional. Sentimentos de desilusão, de desencantamento com a profissão são freqüentemente relatados, evidenciando o quanto esta profissão está vulnerável ao stress. Mattos (1994) deixa claro o quanto às atividades pedagógicas dos professores são permeadas por circunstâncias desfavoráveis forçando-os a uma reorganização e improvisação no trabalho prescrito, tornando-lhes o trabalho real totalmente descaracterizado em relação às expectativas, pois os professores sentem-se despreparados para lidar com esse aluno. Como consequência, encontramos um profissional cada vez mais propenso ao processo de stress e um aluno cada vez mais discriminado.

Naujorks (2002) apresenta algumas queixas freqüentes dos professores, como a quase inexistência de projetos de formação continuada que os capacite para enfrentar esta “nova” demanda educacional; elevado número de alunos por turmas; infra-estrutura física inadequada; a falta de trabalhos pedagógicos em equipe; o desinteresse da família em acompanhar a trajetória escolar de seus filhos; a indisciplina cada vez maior; a desvalorização profissional, entre outras, revelam que, forçosamente, em seu cotidiano de trabalho, acabam tendo que lidar com situações que fogem de seu controle e preparo.

E depois, ela cita que:

“Nesta perspectiva, os desafios são inúmeros e podem estar sendo fonte geradora de stress em muitos professores. Considerando que a eficácia do processo educativo passa, inclusive, pelas interações estabelecidas pelo docente com seus alunos e também com a estrutura organizacional da escola, entendemos que buscar a compreensão das situações que causam desgaste emocional, preocupação e ansiedade possam ser benéficas no sentido de subsidiá-lo de modo a facilitar-lhe o acesso a questões de natureza tanto objetiva como subjetiva que possam estar contribuindo para a instalação desse ciclo perverso e degenerativo.”

Outro agravante são as políticas públicas educacionais que são estabelecidas de modo a não delimitar e especificar com clareza como se darão as ações para a sua efetivação resultando em um processo de inclusão perversa, em que os indivíduos possuem direitos, mas não pode usufruí-los de fato.

Compartilhando dos argumentos de Veiga Neto (2005), acredita-se que as políticas de educação inclusiva propostas parecem incluir para manter a exclusão, pois a Educação Inclusiva no atual modelo escolar brasileiro é um desafio que nos obriga a repensar a escola, sua cultura, sua política e suas práticas pedagógicas.

As conquistas no campo da Educação Especial no caráter de pesquisa e prática profissional têm muito a contribuir neste processo de se pensar a escola, podendo surgir uma capacidade mais apurada e eficaz de atender às necessidades educacionais especiais de cada um de seus alunos, não somente dos alunos com deficiência, condutas típicas ou altas habilidades, mas todos aqueles que são atualmente marcados pelo ciclo da exclusão e do fracasso escolar.

Nesse aspecto, entende-se que a política de inclusão não se faz sozinha; paralela e concomitantemente a ela requer-se uma política nacional de inclusão social. O que vemos na realidade brasileira é a implantação de políticas estanques e fragmentárias, em que há preocupação em suprir algumas partes ou esferas da inclusão sem, no entanto, considerar que, para a efetivação dessa parte, deveriam funcionar, pelo menos, algumas outras partes, para não dizer o todo.

1.1.3. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O conceito de diversidade remete-nos ao fato de que todos os alunos têm necessidades educativas individuais próprias e específicas para ter acesso às experiências de aprendizagem necessárias à sua socialização, cuja satisfação requer uma atenção psico-pedagógica individualizada. É inegável que essa atenção modifique os velhos paradigmas da escola e que o alicerce do conhecimento passe por uma reinterpretação sócio-educacional.

Diante dessas novidades, a escola e seus integrantes não podem ignorar o que acontece ao redor e no seu interior, anulando e marginalizando as diferenças e a realidade que nossos alunos lidam em seu cotidiano. Pois o sentimento e emoções que o professor carrega é a maneira com o que ele vai lidar com essa “nova situação” representada pelas suas origens, valores, respeito e sentimentos.

Um dos grandes desafios no processo de ensino aprendizagem aos ANEE é fazer com que os professores não resistam à emergente realidade das escolas e se abram a esses novos conceitos e conhecimentos, tendo toda uma estrutura pedagógica administrativa para auxiliá-lo.

Morin (2001) afirma que:

“Chegamos a um impasse, pois para se reformar a instituição temos de reformar as mentes, mas não se podem reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.”

A inclusão exige uma mudança de paradigma educacional, mas na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e regular.

As escolas atendem às diferenças, sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar, sem modificar seus currículos, atividades, avaliação da aprendizagem para alunos com deficiência e com necessidades educacionais especiais. A reorganização dessas escolas depende de um encadeamento de ações que estão centradas no projeto político-pedagógico.

Oliveira e Leite (2007) revelam que:

“Não faz parte da cultura escolar a proposição de um documento de tal natureza e extensão, elaborado com autonomia e participação de todos os segmentos que a compõem. Ele parte do diagnóstico da demanda, penetra fundo nos pontos positivos e fracos dos trabalhos desenvolvidos, define prioridades de atuação, objetivos, propõe iniciativas, ações, com metas e responsáveis para coordená-las. Os dados do projeto-político pedagógico esclarecem o diretor, os professores, coordenadores, funcionários e pais sobre a clientela, os recursos, humanos e materiais, de que a escola dispõe.”

Por tudo isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, mas sim, essenciais a vida e ainda tem o privilégio de se conviver com a diversidade de pessoas.

E essa crise faz com que os currículos, a formação das turmas, as práticas de ensino e a avaliação, que são aspectos da organização pedagógica das escolas sejam revistos e modificados com base no que for definido pelo projeto político pedagógico.

Um currículo aberto, amplo, flexível e equilibrado é uma condição fundamental para responder à diversidade, já que permite tomar decisões refletidas e ajustadas às diferentes realidades sociais, culturais e individuais, a cerca dos conteúdos que devem ser contemplados, ao tipo de capacidade que cada um possui e a meta e/ou objetivo que se quer alcançar com aquele determinado aluno.

Se no PPP se expressam as aprendizagens consideradas essenciais para serem membros da sociedade, este deve ser o referencial da educação de todos os alunos, fazendo adaptações que sejam necessárias e proporcionando-lhes as ajudas e os recursos que favoreçam a obtenção das aprendizagens nele estabelecidas.

O planejamento dessa ação educativa que deve ser seguida na escola leva em conta as necessidades de todos os alunos, incluindo as daqueles que pertencem a outras culturas, provêm de ambientes sociais carentes ou tem algum tipo de deficiência. Os elementos que devem ser revistos, por sua importância particular para responder à diversidade no âmbito escolar são a visão da escola, tendo um marco conceitual compartilhado com todos e o currículo sendo o mais diversificado possível.

O Projeto Político Pedagógico da escola deve ser o foco dessas transformações, uma vez que a implementação de um sistema inclusivo pressupõe trabalho unificado de toda equipe escolar, como também de suporte e assessoria de profissionais de outros setores municipais, como saúde, transporte, assistência social entre outros. No PPP deve haver espaço para que a escola exerça sua autonomia e estabeleça suas prioridades, por meio do mapeamento das suas necessidades específicas e da comunidade na qual ela está inserida.

Mantoan (2001, p. 53-54) enfatiza este posicionamento quando relata:

“Reconstruir os fundamentos e a estrutura organizacional das escolas na direção de uma educação de qualidade para todos remete, igualmente, a questões específicas, relacionadas ao conhecimento do objeto ensinado e ao sujeito que aprende. Trata-se de mais um desafio que implica a consideração da especificidade dos conteúdos acadêmicos e a subjetividade do aprendiz, ou seja, um sistema duplo de interpretação do ato de educar, referendado por pressupostos de natureza epistemológica e psicológica, e a concretização de propostas inovadoras que revertam o que tradicionalmente se pratica nas salas de aula.”

É importante também prever quais serão os agentes de identificação das necessidades educacionais especiais e os possíveis encaminhamentos de alunos que, por apresentarem comprometimentos que extrapolam os serviços educacionais, necessitam de avaliações e/ou atendimentos clínicos ou médicos. E aqueles que não apresentem

laudo médico para a inclusão do aluno no sistema burocrático da Educação Especial, a escola tem autonomia para construir coletivamente um documento relatando todo o processo de ensino aprendizagem de um determinado aluno, suas conquistas e limitações em seu contexto concreto para fazer valer o direito da criança, desde que esteja muito bem explicitada essa ação no PPP.

Coll, Marchesi e Palácios (2004) escrevem sobre as ações que devem conter no PPP:

“É a partir da análise desse perfil que a escola deve mapear e estabelecer suas linhas de ação, para o planejamento da implantação de um sistema escolar inclusivo. Isso exige tempo, mas com um plano de trabalho bem elaborado, que permita traçar as prioridades e prever um continuum dessas ações, certamente a escola irá caminhar de forma gradativa, para que as mudanças ocorram na direção desejada e possam, ao longo do tempo, efetivar o sonho de uma escola pluralista, democrática e de qualidade, em conformidade com os princípios norteadores da Educação Inclusiva.”

Uma verdadeira escola inclusiva trabalha em equipe e seguindo o caminho traçado pelo companheirismo, união, amor e paixão na arte de ensinar. Não se pode desenvolver nenhuma ação de forma satisfatória e coerente se não houver uma certa flexibilidade e um grau suficiente de empatia com as famílias. Uma incorporação mais efetiva das relações e presença dos pais em âmbito escolar, não apenas melhora as relações existentes, mas também faz com que a colaboração de todos reverta em favor do desenvolvimento dos alunos com Necessidades Educativas Especiais dentro da escola.

II OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

- ④ Compreender as ações e não ações da gestão pedagógica no processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em uma escola de ensino fundamental para proposição da inclusão qualitativa.

2.2 OBJETIVO ESPECÍFICO

- ④ Estabelecer estratégias e levantar a discussão sobre as ações das equipes diretivas em disponibilizar tempo e espaço para os professores se reunirem para discussões sobre as crianças com necessidades especiais educacionais
- ④ Propor meios apropriados do repasse de informações acerca dos alunos com NEE.
- ④ Apresentar ações específicas para modificar o Projeto Político Pedagógico, visto a realidade inclusiva da escola.

III METODOLOGIA

3.1. CONTEXTO, INSTRUMENTOS E MATERIAIS UTILIZADOS NA PESQUISA

O presente trabalho foi realizado através da pesquisa qualitativa, por essa ter um caráter essencialmente teórico e apresentar uma construção sistemática que é confrontada com a diversidade de ideias que aparecem entre aqueles que participam de todo o universo pesquisado.

A pesquisa qualitativa aborda o objeto de estudo de dentro, procurando conhecer a evolução das mudanças educacionais e os fatores que condicionam tais mudanças. Para isso, adotei estratégias variadas, utilizando diferentes perspectivas, munida de flexibilidade para modificar as técnicas utilizadas como a situação exigiu. A observação e a entrevista são os instrumentos fundamentais que utilizei para coletar as informações.

Maciel e Raposo (2010) contribuem para essa discussão revelando que:

“É importante ressaltar que a pesquisa qualitativa não exige a definição de hipóteses formais. As hipóteses são momentos do pensamento do investigador comprometidos com o curso da investigação, as quais estão em constante desenvolvimento.”

Essa pesquisa foi realizada em uma escola da Rede Municipal de Ipatinga que aqui será referenciada como “Escola Referência”⁴, onde possui alguns alunos NEE que foram sendo matriculados na escola e encaminhados para as salas de aula sem que o professor tivesse a mínima informação e/ou preparação antecipada para lidar com essa nova realidade, e nem possuir atitudes e ações estratégicas por parte da direção da escola em se promover um ambiente inclusivo para se receber alunos da Educação Especial. A escolha dessa escola para a pesquisa aconteceu, primeiro, pelo motivos acima tratados, e pelo fato de ser o local de trabalho da pesquisadora, que já passou por algumas situações inusitadas ao receber alunos com NEE.

Criada pela lei Municipal nº. 1162/91, a Escola Referência localizada em um bairro da periferia de Ipatinga/MG começou em 1991 com 09 turmas de 1ª a 4ª séries, com 311 alunos e 06 turmas de 5ª a 8ª séries com 208 alunos, em três turnos (matutino, vespertino e noturno) em horário diferencial das demais escolas, procurando atender a comunidade onde está inserida.

⁴ O local pesquisado será designado por nome fictício. Esse nome da escola foi escolhido pensando no desejo da pesquisadora de se trabalhar em uma escola realmente inclusiva e que fosse referência para outras escolas do município.

Atualmente possui 549 alunos, divididos em dois turnos: matutino e vespertino. No ano de 2010 iniciou o Programa Mais Educação com 100 alunos envolvidos no total, com revezamento de turma. Esse ano o projeto continua atendendo outros 100 alunos, tendo como objetivo estender a carga horária dos alunos para 8 horas diárias, com a finalidade de tirar as crianças e adolescentes da rua, oferecendo várias atividades diferenciadas.

Nesse ano a escola conta com 24 turmas, com um total de 34 professores, 3 professores da equipe diretiva, 04 funcionários da secretaria, 15 funcionários da área de serviços gerais, tendo como missão oferecer um ensino de qualidade proporcionando a formação integral do aluno no âmbito pessoal, social e profissional. No estabelecimento de ensino possui ainda um sistema de segurança com câmeras de vídeo e um funcionário designado pela prefeitura especialmente para zelar do seu patrimônio.

Com uma ótima estrutura física e banheiros adaptados aos deficientes físicos, infelizmente na “Referência” ainda não tem uma rampa de acesso ao 2º andar, que é essencial ao cotidiano da escola.

No primeiro pavimento fica 01 sala de direção e 01 sala para a vice direção com 01 banheiro, 01 secretaria, 01 sala para Xerox, sala dos professores com 01 banheiro, biblioteca, 01 cantina, área de refeitório com mesas e bancos, um depósito de merenda, 08 banheiros femininos e 08 banheiros masculinos, 01 banheiro adaptado para cadeirante, 01 quadra coberta com dois banheiros (01 feminino e 01 masculino), 02 salas do Programa Mais Educação, 02 salas de aula e 01 sala de coordenação onde cada dia da semana os professores (divididos por disciplinas ou turmas) fazem seus planejamentos semanais, 01 sala de Reforço, onde são atendidos os alunos com dificuldades de aprendizagem em horários específicos por turma, 01 Sala de Recursos cuja função é o atendimento especializado a 20 alunos com as mais diversas especificidades, sendo 01 aluna com Síndrome de Down, 02 alunos com Paralisia Cerebral, 03 alunos com problemas fono-articulatórios - sem laudo comprobatório (recusa da mãe em aceitar ajuda oferecida por uma fonoaudióloga), 01 aluno com deformação óssea - sem laudo comprobatório, 01 aluno hiperativo em uso de medicamentos, os outros 12 alunos apresentam defasagem no desenvolvimento neuromotor e também na aprendizagem.

No 2º pavimento foram construídas 10 salas de aula, 01 laboratório de Informática com 06 computadores para se trabalhar com o software da Positivo Mesa alfabeto, 01 sala do PROINFO com 20 computadores, 01 sala para depósito de materiais,

01 banheiros, 01 quarto com armários para os vigilantes, 01 depósitos de materiais quebrados e sem uso, como carteiras, cadeiras, lixeiras e outros.

A Secretaria Municipal de Educação em parceria com essa escola desenvolve projetos para atender os alunos com dificuldade de aprendizagem, como o Mais Educação e o PAT - Programa de Alfabetização e Letramento em Tempo, que vem colhendo bons resultados.

Todos os professores da escola possuem curso superior, a maioria tem curso de especialização e pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento, e 01 professor de educação física com Mestrado, que atende na Sala de Recurso. Os auxiliares de serviços têm habilitação em nível fundamental ou médio.

A clientela predominante é de classe operária de baixa renda, filhos de funcionários de empreiteiros e autônomos sem renda fixa em busca de uma situação financeira melhor. Por isso encontram-se pais com jornada de trabalho intensa e, em consequência, filhos administrando sozinhos a própria vida, sem acompanhamento em casa ou necessitando da ajuda de vizinhos e familiares.

Alguns alunos apresentam vários problemas de falta de limite, de falta de base familiar, crescentes nível de agressividade, desinteresse pelos projetos pedagógicos da escola, falta hábito de estudo, indisciplina, baixa auto-estima, baixo rendimento escolar e alunos infreqüentes, outros alunos enfrentam problemas relacionados à droga, iniciação sexual precoce, alcoolismo e criminalidade que envolve seus familiares. Vários alunos dessa escola já presenciaram alguma cena de violência que envolve a morte de algum parente ou colega do bairro.

Dos 34 professores, 20 são participantes dessa pesquisa, sendo eles: regentes formados em diversa áreas do conhecimento, profissionais de educação física, professores auxiliares, 2 professores que atualmente assumiram cargos na equipe diretiva e um profissional que trabalha na Secretaria da escola.

Para realizar a pesquisa foram utilizado os seguintes materiais:

- Computadores e notebooks;
- Impressora;
- Tinta para impressão;
- 1 resma de formato A4;
- Gravador de som (celular);
- Diversos livros e apostilas consultados;
- Internet

- Caneta e lápis.
- Dicionários

Os instrumentos da pesquisa que foram utilizados são:

- Um questionário (ver Apêndice A) com 19 questões, sendo eles abertas objetivas e algumas discursivas, e as primeiras para identificar a vida profissional do entrevistado e quanto tempo de trabalho ele está inserido na realidade da escola.
- Esse mesmo questionário foi respondido pela diretora da escola em forma de entrevista semi-estruturada fazendo comentários extras sobre a realidade inclusiva do educandário, por falta de tempo da mesma em responder por escrito.
- Realizou-se uma entrevista (ver Apêndice B) com um funcionário da secretária, para saber quais os procedimentos que eles são orientados a tomar, tanto pela Secretaria Municipal de Educação, quanto pela equipe diretiva da escola.

3.2. O PROCESSO DE INCLUSÃO NA ESCOLA PESQUISADA.

Na Escola Municipal Referência localizada na periferia do município de Ipatinga foi aplicado um questionário para os professores e entrevista a diretora da escola e um funcionário da secretaria para conhecimento da realidade escolar inclusiva.

Todos os envolvidos na escola receberam a pesquisadora com grande satisfação em compartilhar seus medos, anseios e angústias sobre inclusão, como uma espécie de desabafo de um tema tão real dentro da escola e incoerentemente tão pouco comentado.

Em seguida foi entregue a Carta de Apresentação para a escola (Ver Anexo A), o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Ver Anexo B), onde todos preencheram e entregaram para a pesquisadora. Foi esclarecido a todos também, que o nome das pessoas envolvidas na pesquisa seria mantido em sigilo para resguardar sua integridade.

Os relatos e respostas obtidas nesse processo de investigação, que serão analisadas e condensadas em capítulos posteriores, mostrarão que a inclusão aconteceu de uma maneira imperceptível.

Os alunos foram sendo matriculados e encaminhados às salas de aulas através de sorteio. Os professores que recebiam as crianças eram comunicados do sorteio e

direcionava a criança para a sala. Depois marcava uma reunião com a família, para entender os problemas, os avanços, os laudos médicos, e todo o conjunto de informações para se trabalhar.

Infelizmente os outros professores não se envolviam no “drama” daquele professor e nada era passado de informação no coletivo para se entender sobre o caso do educando.

No final do ano os alunos iam para outras salas e “transferiam” o problema para outro professor totalmente alheio a vida escolar daquela criança.

Com o passar do tempo, os alunos com NEE começaram a atingir a casa das dezenas e aos poucos o assunto inclusão já era tratado na sala dos professores e em reuniões pedagógicas, sempre com muito receio, muita angústia e muito cuidado por parte dos professores ao comentar sobre o assunto para não se mostrarem pessoas com atitudes discriminatórias.

Hoje, nessa escola, possui banheiros adaptados, sala de recurso, entrada da escola com rampas, a acessibilidade chegou com bons olhos a todos envolvidos no processo escolar.

Mas infelizmente todos os professores declararam que na prática essa escola está longe de ser uma escola inclusiva por ser bastante grave o processo de informações na escola, pois os projetos chegam, acontecem e quem não está envolvido acaba ficando de fora das discussões e não oportuniza momentos para o entendimento e a compreensão desses programas, aos mais interessados que a educação seja efetiva e responsável, que é o professor, o protagonista do processo de inclusão que não possuem um canal aberto de comunicação com nenhum setor da escola para “desabafar” suas dúvidas e conhecimentos para o restante do grupo escolar. O tempo de algumas reuniões pedagógicas não é bem aproveitado e às vezes, pelo acúmulo de informações, relatórios, diários, fichas, e uma gama de papelada que o professor é obrigado a preencher, acaba sendo indevido e impossibilitado um momento de discussões e apreensões de conhecimentos sobre coisas importantes em uma escola inclusiva.

Uma crítica fundamentada por alguns professores é que na escola se pratica a pedagogia de oportunizar turmas melhores para alunos A,B,C...e dividi-los em turmas homogêneas. E consegue-se confirmar essa reclamação dos professores lendo o comentário da Prietto, ao se referir a essa situação *“Salas homogêneas é sinal que a escola não está preparada para lidar com as diferenças.”*

Em contrapartida, os envolvidos nesse contexto educacional percebem um esforço inicial da equipe diretiva em estruturar a escola para atender os ANEE, já que só recentemente que se recebem verbas educacionais federal, específicas para a Educação Inclusiva, relacionada à Acessibilidade e instrumentos de Tecnologia Alternativa e Assistiva.

O que é notório perceber que não só as barreiras explícitas, como a falta de estrutura predial, a desorganização escolar, a ausência de recursos e a inadequação dos métodos educacionais devem ser analisadas, mas também e essencialmente os sentimentos dos professores quanto à inclusão escolar de uma nova clientela (MANTOAN, 1997). Assim, mostra-se adequado e necessário analisar as atitudes docentes em relação à inserção dos ANEE em sua sala regular, modificando o contexto e o currículo da escola de modo a contemplar a diversidade sócio-cultural trazendo a tona, uma verdadeira e coerente ressignificação do papel da instituição de ensino.

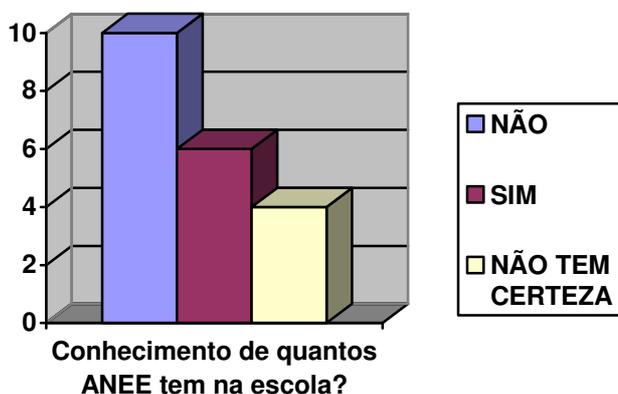
IV. RESULTADOS E DISCUSSÕES.

Os 20 profissionais entrevistados, entre eles, professores, funcionários e gestores participaram de uma roda de conversa onde foram anotados os comentários sobre inclusão e sobre algumas questões do questionário que acharam mais interessantes.

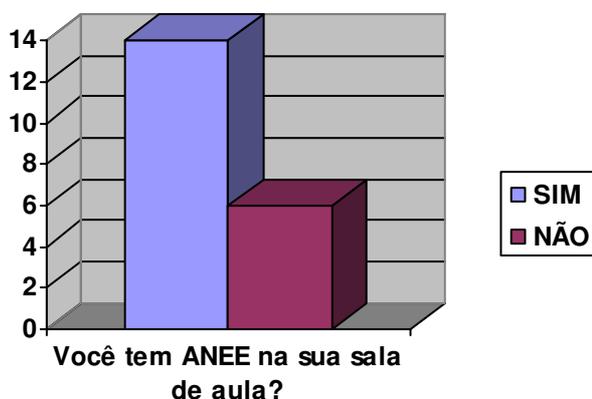
Foi um momento descontraído, importante e riquíssimo de troca de informações, mas infelizmente, pela própria dinâmica da escola, a roda de conversa não pode ser feita no grupão. As reuniões aconteceram no dia de coordenação com os grupos de professores disponíveis naquele momento.

A questão 01 e 02 revelam que os entrevistados possuem de 6 meses a 19 anos que trabalham na Escola Municipal Referência.

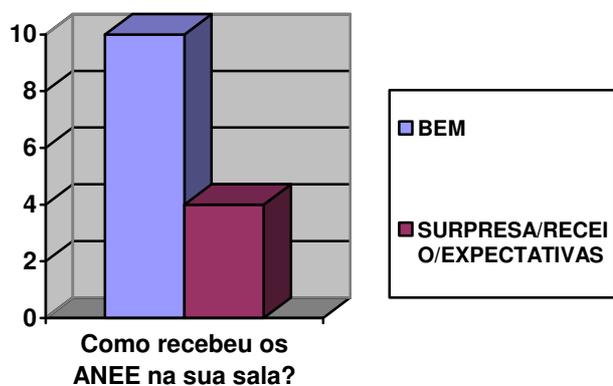
Análise da questão 03



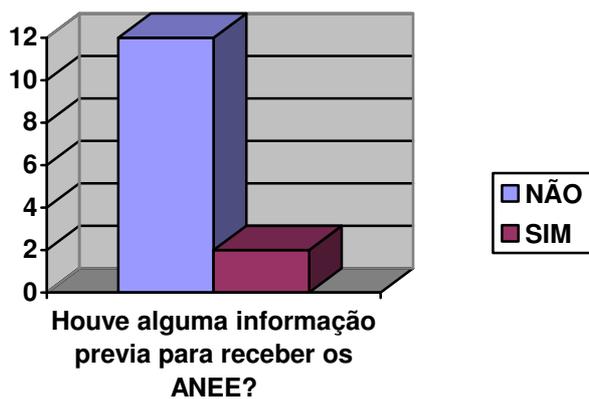
Análise da questão 04



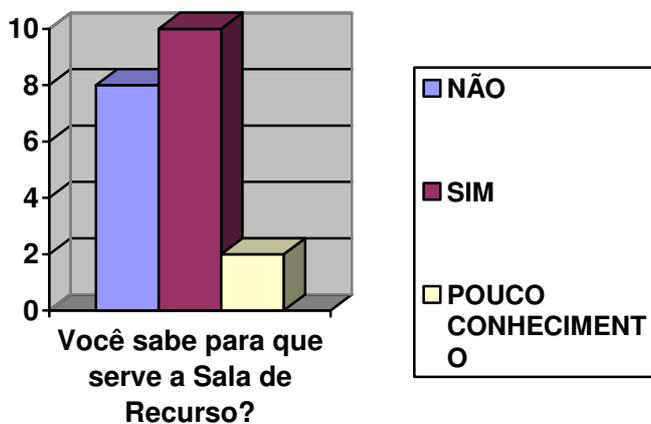
Análise da questão 05



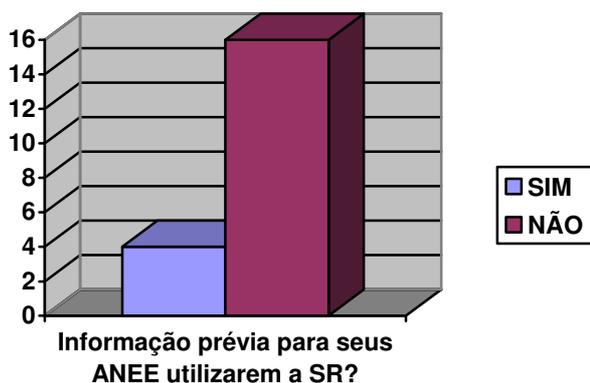
Análise da questão 06



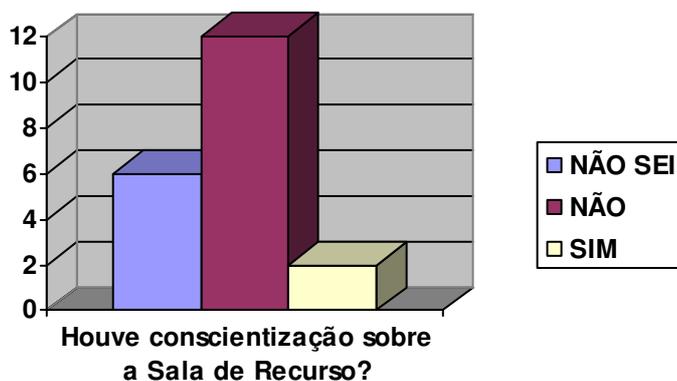
Análise da questão 07



Análise da questão 08



Análise da questão 09



Com a análise das questões 03 até a 09, dá-se conta de perceber como os envolvidos no processo de adaptação da inclusão estão desorientados e desinformados sobre as questões essenciais para se fazer uma educação efetiva e de qualidade.

Na questão 03, 70% dos entrevistados não sabem ou não tem certeza de quantos ANEE tem na escola.

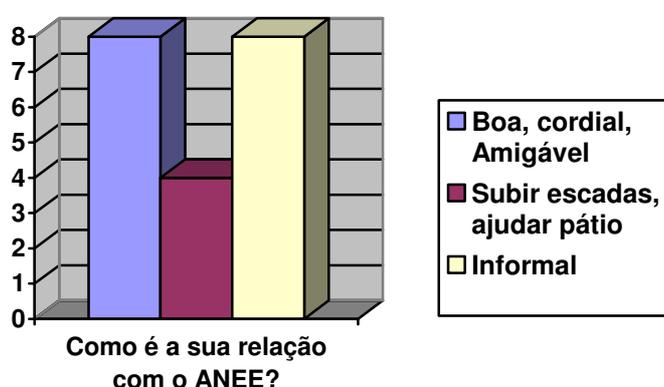
Na questão 04, 30% mencionam não ter nenhum ANEE, sendo que em todas as salas da escola possui pelo menos um aluno com necessidades de atendimento individualizado, que pode ser considerado um aluno da educação inclusiva.

Na questão 06, 60% dos entrevistados não receberam nenhuma informação sobre a chegada dos ANEE nas salas de aula.

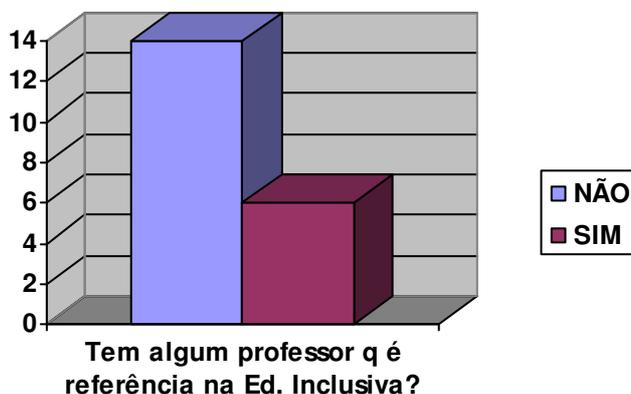
Na questão 07, 50% responderam que não sabe ou tem pouco conhecimento sobre a Sala de Recurso.

Na questão 08, 80% responderam que não receberam nenhuma informação prévia para os alunos serem encaminhados a Sala de Recurso. Algumas professoras relataram que a coordenadora da escola fez uma lista com o nome dos alunos e foram entregues a esses, bilhete para os pais e responsáveis convocando-os para uma reunião para explicar sobre o projeto. *“Perguntei para os alunos assim: O que vocês estão fazendo aqui? Não sei, meu pai que mandou eu vim.” (sic)* Relatou a professora responsável pela Sala de Recurso.

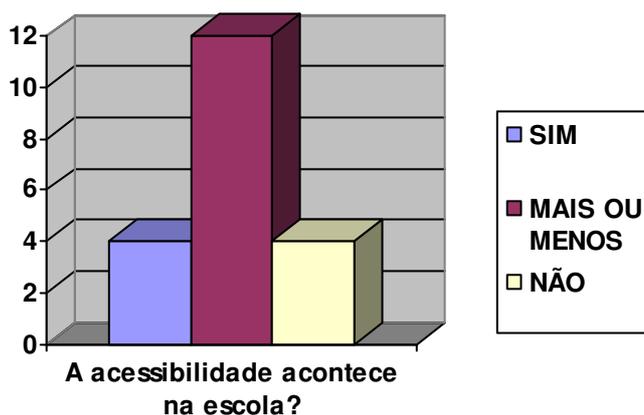
Análise da questão 10



Análise da questão 11

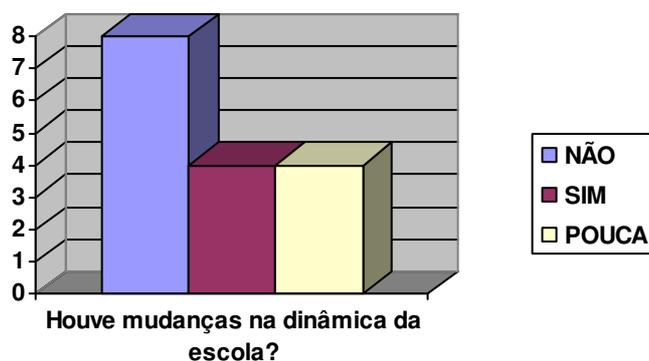


Análise da questão 12

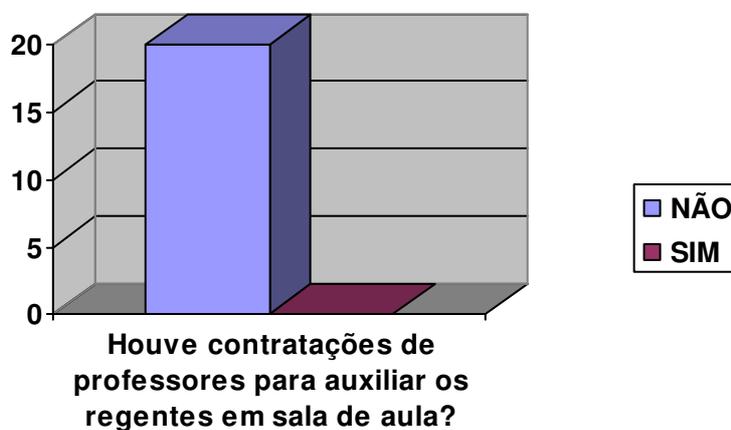


Ao analisar as respostas das entrevistadas, percebe-se que 80% (todas que responderam **Mais ou Menos** e **Não**) são devido à escola ter dois andares, e não ter rampa de acesso ao andar de cima. “E isso incomoda muito, *tadinha da fulana, tem que carregar ela no colo pra ela ter aula no laboratório de informática.*” (sic). Relatou a professora do laboratório de Informática.

Análise da questão 13



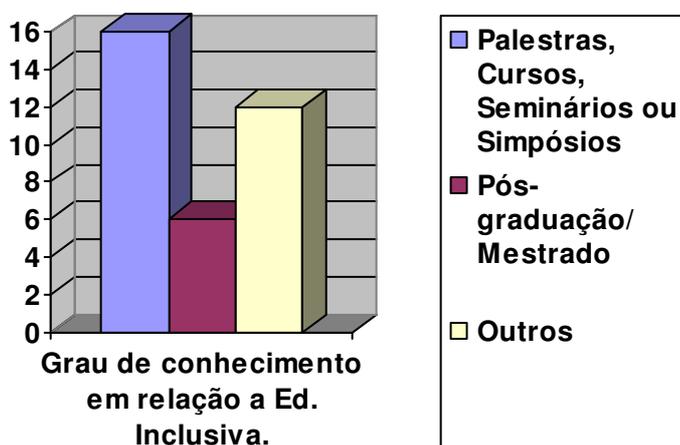
Análise da questão 14



Os entrevistados foram unânimes ao responder essa questão, por ser simples e objetiva. E ao serem questionados da importância dessa ação pela Prefeitura Municipal de Ipatinga, revelou que é de fundamental importância ter um profissional para auxiliar os professores regentes em sala de aula, para se garantir uma melhor assistência pedagógica e um atendimento individualizado específico de qualidade.

Foi relatado também que essa ação deveria constar na Lei Orgânica e no Plano de Cargos e Salários do município. Outras mencionaram que deveria se preocupar em cumprir o que está na lei, assegurando um profissional nessas salas de aula com a contratação de profissionais para auxiliar com formação específica.

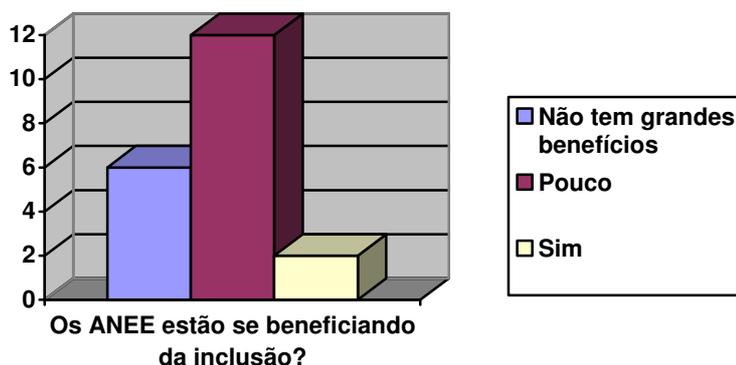
Análise da questão 17



Ao responder essa questão, 60% dos entrevistados (que corresponde a opção: **Outros**) mencionaram: prática, disciplinas específicas no curso de Supervisão Escolar, curso de capacitação promovido pela Secretaria de Educação e Superintendência, Estudos Autônomos, Vivência de sala de aula, leituras espontâneas e filmes.

Percebe-se aqui como o ser humano aprende em diversos locais diferentes e de diversas maneiras, fazendo da vida um constante exercício de aprendizagem. E como isso tem a ver com Inclusão.

Análise da questão 18

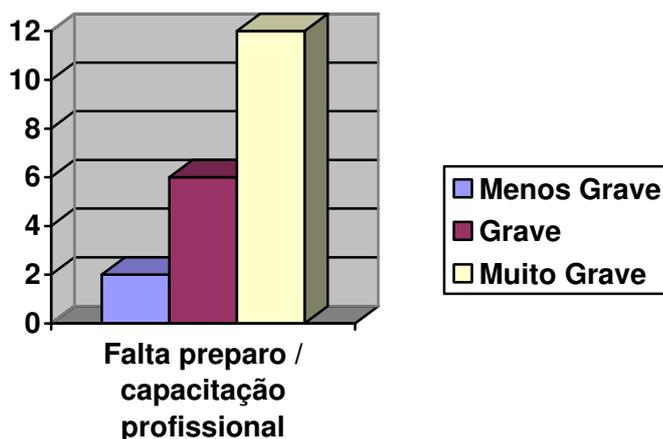


Ao analisar essa questão, percebe-se que 70% dos entrevistados acham que os ANEE estão se beneficiando ou se beneficiando pouco com a inclusão. Todos relataram que ao responder essa questão, levaram em conta a questão da socialização, deixando subentendido que a Educação Inclusiva tem como caráter primordial a socialização dos ANEE, o que é bastante questionável...

Análise da questão 19

Letra A

00 - 04	MENOS GRAVE (MeG)
05 - 07	GRAVE (G)
08 - 10	MUITO GRAVE (MoG)

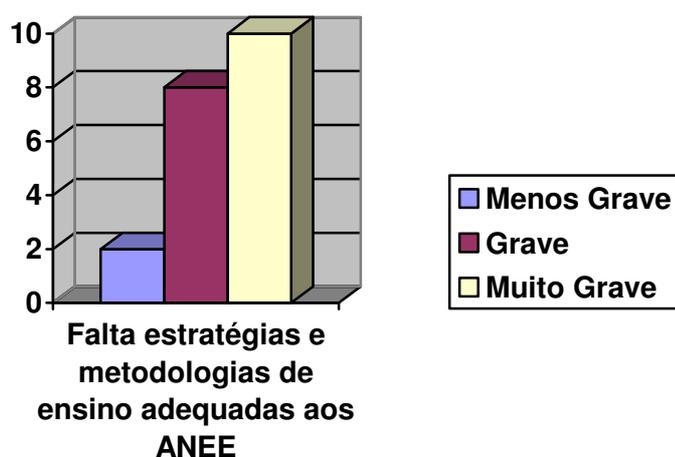


Ao analisar essa questão, percebe-se que 90% dos entrevistados tratam a falta de capacitação profissional entre **Grave** e **Muito Grave**. E isso é um dos grandes entraves para se resistir a Escola Inclusiva. E o mais alarmante é que os professores que tem formação acadêmica específica são apontados como os educadores que devem ter ANEE em sala de aula, como se nas outras salas, não houvesse diversidade, diferenças e troca de saberes construído coletivamente com os alunos.

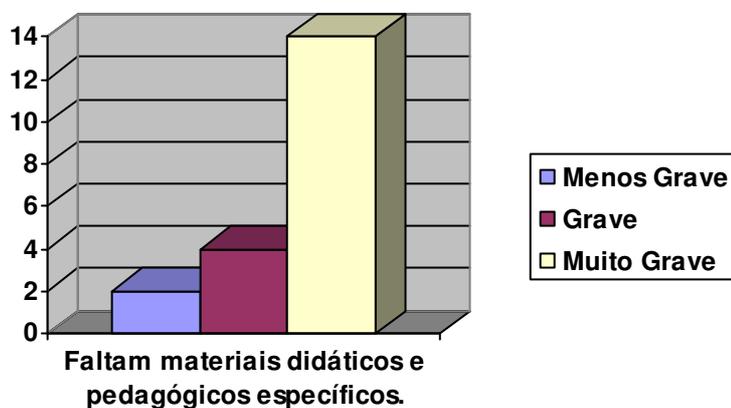
PRIETO(2002) afirma:

“O ensino escolar comum e o despreparo dos professores, por sua vez, não podem continuar sendo justificativa dos que querem escapar da inclusão escolar pelos mais diferentes motivos. De fato, esse despreparo dos professores e das escolas tranqüiliza e é o argumento favorito de muitos pais de crianças e jovens com deficiência, que acharam uma boa saída para fugir da inclusão. Felizmente nem todos são tão ingênuos a ponto de “engolir” essa argumentação. Surpreende-me que ela ainda esteja sendo utilizada!”.

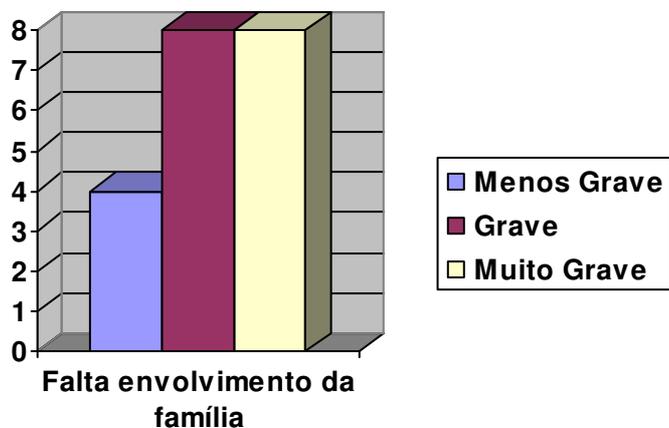
Letra B



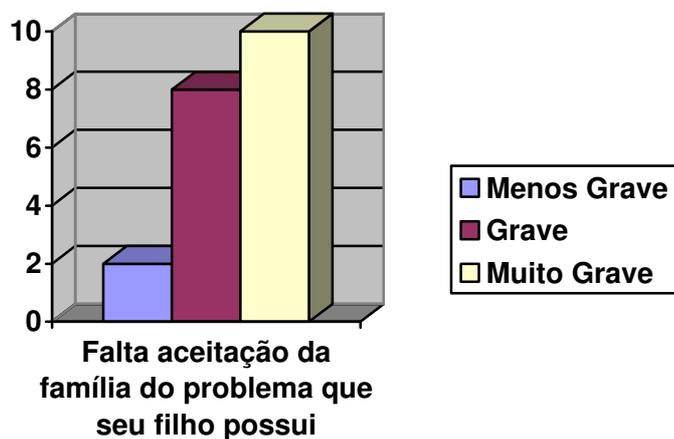
Letra C



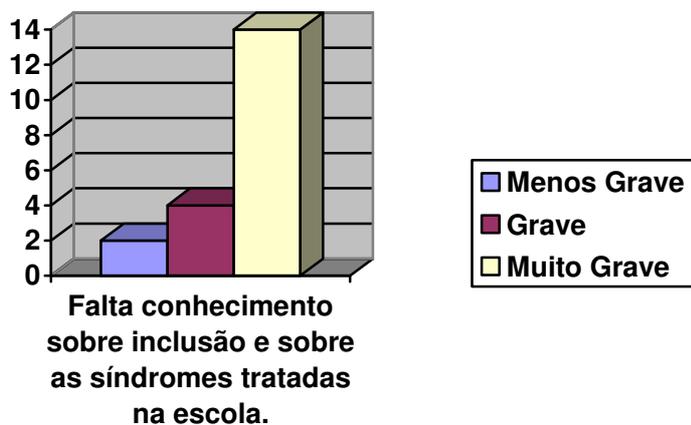
Letra D



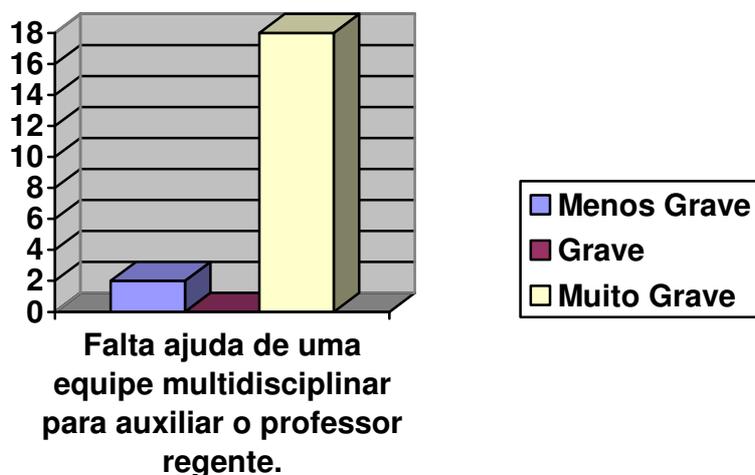
Letra E



Letra F



Letra G



Nessa questão 90% dos entrevistados apontam a falta de uma equipe multidisciplinar na escola como um problema muito grave. Mas ao serem questionados de que poderia ser feito para solucionar esse problema, a maioria respondeu que isso era um problema de faltava força de vontade política da prefeitura.

PRIETO (2002) revela exatamente a inquietação dos entrevistados:

“A política educacional brasileira tem deslocado progressivamente para os municípios parte da responsabilidade administrativa, financeira e pedagógica pelo acesso e permanência de alunos com NEE, em decorrência do processo de municipalização do ensino fundamental. Essa diretriz tem provocado alguns impactos no atendimento desse alunado. Algumas prefeituras criaram formas de atendimento educacional especializado, outras ampliaram ou mantiveram seus auxílios e serviços especiais de ensino, algumas estão apenas matriculando esses alunos em suas redes de ensino e há ainda as que desativaram alguns serviços prestados, como, por exemplo, a oferta de programas de transporte adaptado.”

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho sobre como o professor é uma peça fundamental e ímpar para a efetivação de um sistema educacional inclusivo, e como a postura sócio político-pedagógico administrativo da equipe gestora influencia o ambiente escolar da inclusão percebe-se a necessidade urgente de momentos de discussões e reflexões que apresentem direcionadores na tentativa de desenvolver propostas educacionais inclusivas na prática do processo de ensino-aprendizagem de ANEE, relatado na pesquisa e entrevistas acerca das práticas já realizadas no contexto dessa escola. É fundamental a postura investigativa e conflitante do professor como característica marcante nesse processo de inclusão, contribuindo para o alargamento do conhecimento e do “clima inclusivo” no ambiente escolar, inserindo oportunidades de vivência com esses ANEE de forma intencional induzindo à problematização do trabalho pedagógico e da gestão, com caráter coletivo e interdisciplinar para a promoção de uma verdadeira Escola Inclusiva.

Algumas propostas para a intervenção nesse trabalho humanamente exigido pela Educação Inclusiva, seria por exemplo, garantir um calendário de estudo sobre as NEE encontradas na escola com a participação dos funcionários, bem como os pais e responsáveis, montar horários específicos de atendimento especializado responsável a alunos com NEE, propor estudos sobre a legislação e conhecer a fundo os direitos garantidos a esses educandos, estabelecer profissionais com formação especializada para atendimento na sala de recursos, fixar metas específicas para cada aluno com NEE, diferentes dos estabelecidos na proposta pedagógica da série/ano, buscar parcerias com faculdades, estabelecimentos de ensinos e/ou escolas de atendimentos especializados para os alunos com NEE, realizar eventos nas escolas com apresentações culturais com a participação dos profissionais especializados e alunos com NEE e aumentar o fluxo de informações entre direção X secretaria X professor.

Entendo que essas considerações e propostas feitas no decorrer do trabalho fazem parte de um longo trajeto a ser percorrido para a implantação de uma Educação Inclusiva, e acaba ficando muito mais inquietações e questionamentos do que uma verdade absoluta a ser seguida, mesmo porque não é, e nunca foi minha intenção fazer com que esse assunto seja esgotado e solucionando em sua totalidade, porém é uma

ação justa, necessária e possível de ser trilhada no campo educacional e social que estamos inseridos.

Meu interesse, minha paixão e angústia pelo ambiente inclusivo na escola Referência continua sendo a mola propulsora que faz com que minha inquietação continue pulsando em minha veia de educadora, em prosseguir com meu trabalho e pesquisa para que haja mudanças significativas na realidade da escola.

VI. REFERÊNCIAS

ABENHAIM, E. **Os caminhos da inclusão: breve histórico.** In: MACHADO, A.M. et al. (Org).(EUA) Psicologia e Direitos Humanos: Educação Inclusiva, direitos humanos na escola. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

ANGELUCCI, Carla Biancha. **Uma inclusão nada especial:** apropriações da política de inclusão de pessoas com necessidades especiais da rede pública de educação fundamental do Estado de São Paulo. Dissertação de mestrado apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP; 2000 – 171 p.

AGUIAR, Márcia Ângela da S.; FERREIRA, Naura Syria Carapeto(orgs) **Gestão da Educação. Impasses, perspectivas e compromissos.** São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Constituição, 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.*

BUENO, J.G.S. **Educação Inclusiva e a escolarização dos surdos.** Revista Integração, Brasília (Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial), v.13, n.23, p.37.

FALKENBACH, Atos Prinz; DREXSLER, Greice; WERLER, Verônica. **A relação mãe/criança com deficiência: sentimentos e experiências.** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-graduação em saúde coletiva - UNIVATES. V.13, supl. 2, dez/2008.

FREITAS, Denílson de Almeida. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** In: II Seminário Regional de Educação Inclusiva: direito á Diversidade. PMI: Ipatinga, abr/2010.

FRIZANCO, Mary Lopes Neves. **Autismo: um arco-íris de possibilidades**. São Paulo: Ciranda Cultural. In: Revista Ciranda da Inclusão: A revista do Educador, vol.06, mai/2010.

GLAT, Rosana. FONTES, Rejane de Souza & PLETSCHE, Márcia Denise. **Uma breve reflexão sobre o papel da Educação Especial frente ao processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em rede regular de ensino** In: *Cadernos de Educação 6: Inclusão Social Desafios de uma Educação Cidadã*. Rio de Janeiro: UNIGRANRIO Editora, p. 13-30, nov., 2006.

GUIMARÃES, Marly & FERREIRA, Maria Elisa Caputo. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. BRAY, Cristiane Toller. ROSSATO, Solange Moreira Marques. **Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas de ensino básico**. São Paulo: Revista Brasileira de Educação Especial, v.15, n.02, mai/ago/2009.

LISITA, Verbena Moreira S. de S; SOUSA, Luciana Freire E. C. P. (orgs) **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LOPES, Noêmia. **24 respostas para as principais dúvidas sobre inclusão**. São Paulo: Editora Abril. In: Revista nova Escola – Gestão Escolar: Inclusão. Nº08 jun/jul/2010 _ 22-28 p.

MACIEL, Diva Albuquerque. RAPOSO, Mirian Barbosa Tavares. **Metodologia e construção do conhecimento: contribuições para o estudo da inclusão**. Brasília: Editora UnB. In: Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar, cap. 3, 2010, 73-102 p.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: SENAC, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2003.

MENDES, Enicéia Gonçalves, **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Rio de Janeiro: Universidade Federal de São Carlos. In: Revista Brasileira de Educação, vol.11, nº33, dez/2006.

MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Trad. Eloá Jacobina – 4ª ed. 2001.

NAUJORKS, Maria Inês. **STRESS E INCLUSÃO: indicadores de stress em professores frente a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.** In: Revista do Centro de Educação. nº 20; Rio de Janeiro: Editora Santos, 2002.

NOGUEIRA, M. L. de L &. GLAT, R. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil.** In: Revista Integração. vol. 24, ano 14; Brasília: MEC/SEESP, p.22-27, 2002.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; LEITE, Lucia Pereira. **Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico.** Rio de Janeiro: vol.15 nº57, out./dez, 2007.

PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro & COLL, César. **Desenvolvimento psicológico e educação. Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais.** Porto Alegre; Artmed. Trad. Fátima Murad, 2ª ed. v.3,2004.

PRIETO, Rosângela Gavioli. **As condições de atendimento escolar para os estudantes com NEE no Brasil.** In: Revista Undime, ano VIII, nº1. Rio de Janeiro, 1º semestre, 2002, p.5-14.

SOUSA, Joana Belarmino. **Inclusão Educacional.** São Paulo: Ciranda Cultural. In: Revista Ciranda da Inclusão: A revista do Educador, vol.07, jun/2010.

TUNES, Elizabeth; TACCA, Maria Carmen Villela Rosa; MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina. **Uma crítica às teorias clássicas da aprendizagem e à sua expressão no campo educativo.** Brasília: Revista semestral da UnB, set./2006.

TUNES, Elizabeth; TACCA, Maria Carmen Villela Rosa e BARTHOLO, Roberto dos Santos. **O professor e o ato de ensinar.** São Paulo: Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas. Vol.35 no. 126, dez/2005.

VEIGA NETO, A. **Quando a inclusão pode ser uma forma de exclusão.** In: MACHADO, A.M. et al.(Org.) Psicologia e Direitos Humanos: Educação Inclusiva, direitos humanos na escola. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

VII. APÊNDICES

A) Questionário para os professores (Modelo)

"A inclusão escolar começa na alma do professor, contagia seus sonhos e amplia seus ideais. A utopia pode ter muitos defeitos, mas pelo menos, uma virtude tem: ela nos faz caminhar." Eugênio Cunha

Queridas meninas,

Este questionário será de grande valia para a conclusão da minha pós-graduação em Educação Inclusiva pela Universidade Aberta do Brasil, certificado pela Universidade Federal de Brasília. Acredito na inclusão escolar bem estruturada, bem planejada e orientada, por isso preciso de informações precisas sobre como acontece a inclusão na nossa escola para tentar reaver os preceitos e conceitos em torno desse assunto, para quem sabe, modificar a nossa realidade a nosso favor.

Agradeço de todo coração a sua colaboração: Cristhiane

*Perguntas do questionário aplicado para os professores e equipe diretiva da
Escola Municipal Referência*

1. Qual o cargo que você ocupa?
2. Há quantos anos trabalha aqui na escola?
3. Você tem conhecimento de quantos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) aproximadamente a escola possui?
4. Você tem algum desses alunos em sua sala?
5. Como foi que você recebeu esse aluno na sua sala?
6. Houve alguma informação prévia para você recebê-lo?
7. Você sabe para que serve a sala de Recurso? Você tem algum aluno que a frequenta?
8. Você teve alguma informação prévia sobre essa sala?
9. Houve algum trabalho de conscientização para os professores, pais e educandos?
10. Como é sua relação com os outros alunos com NEE das outras professoras?
11. Tem algum professor que é ou já foi referência para você em se tratando da Educação Inclusiva?
12. A acessibilidade acontece na escola? O espaço físico da escola é adaptado?

13. Houve mudanças na forma de trabalhar e na dinâmica da escola, por terem recebidos ANEE?
14. Contrataram profissionais de apoio para auxiliar os professores regentes na sala de aula? Você acha isso importante?
15. Como é a relação da equipe diretiva x professores em relação a Educação Inclusiva?
16. Como você acha que deveria ser o repasse de informações da secretaria sobre os alunos com NEE?
17. Como você avalia o seu grau de conhecimento em relação a Educação Inclusiva:
- () Conhecimentos adquiridos através de uma palestra, cursos, seminários ou simpósio.
- () Conhecimentos científicos adquiridos através de um curso de pós-graduação e/ou mestrado.
- () Outros
18. Os alunos com NEE estão se beneficiando com a inclusão? Em que aspectos?
19. Como você avalia o nível de dificuldades enfrentadas em todo o processo de inclusão: Avalie de 0 a 10, lembrando que o 10 é o problema mais grave e 0 o problema menos grave.
- A. () Falta preparo/capacitação profissional
- B. () Falta estratégias/metodologias de ensino adequadas às necessidades dos alunos inclusivos
- C. () Faltam materiais didáticos e pedagógicos específicos
- D. () Falta envolvimento da família
- E. () Falta aceitação da família do problema que seu filho possui
- F. () Falta conhecimento sobre inclusão e sobre as síndromes tratadas na escola.
- G. () Falta ajuda de uma equipe multidisciplinar para auxiliar o professor regente. Entende-se de uma equipe multidisciplinar: Pedagogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo e psicólogo.

- Comente alguma dessas respostas:

** Não precisa se identificar, tanto as informações por professor e o nome da escola será preservado.*

B) Entrevista com o profissional da Secretária (Modelo)

- A) O que você entende sobre inclusão?
- B) Quais as orientações você recebe da Secretaria, por parte da Prefeitura ao receber o pai de um aluno com NEE na hora da matrícula?
- C) Detectada uma criança com NEE, o que você faz?
- D) Quais as orientações você recebe equipe diretiva, ao receber o pai de um aluno com NEE na hora da matrícula?
- E) O que você percebe no ambiente escolar sobre a inclusão? E em relação aos professores?
- F) Comentários

VIII ANEXOS

A - Carta de Apresentação - Escola



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



A(o) Diretor(a):

Escola Municipal Referência.

De: Prof. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,
Educação e Inclusão Escolar

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo mapear como acontece o processo de inclusão nas escolas, investigando quais estratégias e ações são utilizadas pela equipe gestora para se fazer conhecer os casos dos alunos com NEE e principalmente os sentimentos e visões dos professores sobre essa realidade.

O trabalho será realizado pelo Professor/cursista Cristhiane da Rocha Louzada Viveiros Araujo, sob orientação da Prof.^a Susana Silva Carvalho, cujo tema é: A Exclusão do Professor no Processo de Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais possa ser desenvolvida na escola sob sua direção.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor (a) poderá me contatar pelo telefone 9822-8069 ou no endereço eletrônico crviveiros@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Diva Albuquerque Maciel

*Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,
Educação e Inclusão Escolar*

Cristhiane da Rocha Louzada Viveiros Araujo

*Orientanda do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e
Inclusão Escolar Desenvolvimento Humano e UAB – UnB*

B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor e Funcionários



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



Senhor Professor e/ou funcionário,

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UNB) e estou realizando um estudo sobre como acontece o processo de inclusão na nossa escola. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de estratégias com vistas à inserção dos alunos com NEE e seu pleno desenvolvimento em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam na pesquisa um questionário que deverá ser respondido pelos professores e funcionários que trabalham com a criança NEE, ainda no intuito de conhecer as metodologias e estratégias de inserção dessa criança no contexto escolar. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretarão qualquer prejuízo a você.

Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor (a) poderá me contatar pelo telefone 9822-8069 ou no endereço eletrônico crviveiros@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Cristhiane da Rocha Louzada Viveiros Araujo

*Orientanda do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,
Educação e Inclusão Escolar Desenvolvimento Humano e UAB – UnB*

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome:

.....

Assinatura:

.....

E-mail(opcional):

.....